

O compromisso com a (n)ação em Celso Furtado: notas sobre seu sistema teórico-analítico

Carlos Brandão¹

“Sua obra deve ser obrigatoriamente ponto de partida, não de chegada. Isto é, um enorme esforço teórico deve ser feito para interrogar sobre as novas condições das nações em um capitalismo globalizado, bem como sobre os novos sujeitos da História e sobre as formações políticas” (Francisco de Oliveira, 2007).

Resumo: Este breve ensaio pretende apresentar, sucintamente, como o sistema teórico-analítico de Celso Furtado se constituiu e está estruturado, em seus traços mais gerais. Defende que este sistema tem várias possibilidades para promover a reflexão crítica sobre o processo de desenvolvimento capitalista, suas estruturas e sobre o papel de sujeitos e agentes cruciais tomando decisões. Ao mesmo tempo há elementos em sua obra para a discussão consistente dos constrangimentos e das possibilidades de articulação de um projeto nacional de desenvolvimento para o Brasil.

Palavras-chave: Celso Furtado; Desenvolvimento; Subdesenvolvimento; Decisões

Código JEL: O20; O38; O54

Procuraremos neste breve ensaio apresentar, sucintamente, como o sistema teórico-analítico de Celso Furtado é consistente, relativamente simples, em aberto e dialógico, isto é, que pode (e deve) ter múltiplos interlocutores. Esse sistema possibilita uma robusta reflexão crítica sobre o processo de desenvolvimento capitalista, suas estruturas e sobre o papel de sujeitos e agentes cruciais tomando decisões e provocando reações a decisões, em um contexto histórico em aberto, contingente, à espera de forças sociais que lhe dê conteúdo e logre construir trajetórias mais autônomas, assentadas em sua específica riqueza cultural, e vias plurais alternativas de desenvolvimento.

Dentre muitos pensadores e cientistas sociais de seu porte, Celso Furtado apresenta uma vantagem para quem quer se debruçar sobre sua vasta obra. Realizou várias auto-análises de sua produção intelectual, em diversas ocasiões. Assim temos seu auto-retrato intelectual e sua agenda de investigação expressos em vários textos², em que explicitou sua

¹ Professor Titular do Instituto de Economia da Unicamp. Pesquisador do Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico (CEDE) e do Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional (NESUR) do mesmo instituto. Bolsista do CNPq. E-mail: brandao@eco.unicamp.br. Site: www.carlosbrandao.org.

² Entendo que a forma mais rápida, simples e correta de ingressar no mundo analítico furtadiano é ler seus ensaios-síntese, que se encontram em Furtado (1983, 1989, 1995 e 2000), nesta ordem. Ao mesmo tempo é preciso ter ao lado, nestas leituras, a agenda de Furtado para consulta permanente. Ela está detalhadamente anotada no “Anexo: Tábua da matéria sugerida” no livro “Prefácio a nova economia política” (1976). Também sintético e extremamente elucidativo de seu arcabouço interpretativo é reter os resultados analíticos do capítulo 8, sobre “interação entre decisões e estrutura”, em Teoria e política do desenvolvimento econômico (1967). Depois dever-se-ia ler (1980) e só então (1961).

formação e estruturou suas perguntas que orientariam toda sua brilhante carreira acadêmica e política.

Sob que bases teóricas Furtado estruturou seu pensamento e suas categorias analíticas?. Quais foram seus intelectuais inspiradores para pensar: a natureza da condição de subdesenvolvimento (a precariedade dos Centros de Decisão); Quais são as vias históricas possíveis e alternativas de se reter e comandar excedente social e colocar em ação as potencialidades de um sistema de forças produtivas, constituindo um “sistema econômico nacional” e promovendo acumulação reprodutiva?; Como integrar produtiva e socialmente uma nação, evitando os riscos de fragmentá-la?; Como enfrentar a falta de “homogeneidade social” e os percalços da modernização dos modos de vida miméticos?; Como desatar as energias da criatividade contida e valorizar a riqueza cultural de uma civilização nacional com alta diversidade? Como afirmar a necessidade da presença constitutiva do Estado e do Planejamento para estruturar estratégias concretas de desenvolvimento?.

As fontes teóricas para pensar tal conjunto de questões complexas são variadas na formação intelectual de Celso Furtado. Importa ressaltar, inicialmente, o contexto e o ambiente de sua formação intelectual. Contexto dramático em que se forjaram os elementos invariantes, as idéias-força, de seu pensamento. O ambiente sociopolítico do interior paraibano (marcado por extrema rigidez das estruturas sociais, “irracionalidade”, mandonismo, obediência “irrefletida”, perfilhamento automático, resignação, total arbitrariedade do poder oligarquico etc). São essas circunstâncias do ambiente subdesenvolvido que imporão permanentemente nas reflexões de Furtado as impulsões de busca perene da transformação social assentada em bases sólidas de conhecimento científico, a fim de enfrentar a cumulatividade dos processos próprios da situação de subdesenvolvimento, inerentemente de difícil reversão. Em suma, o ambiente nordestino e brasileiro “em que se entremeiam a violência do mundo físico e as arbitrariedades dos homens” trazia uma percepção de que tudo se apresentava como definitivo, com alta inércia e persistência, em ambiente marcado pela “incerteza e brutalidade”, o que reforçava uma intensão desesperada de agir para modificar tal situação “irracional”.

Além das paixões na adolescência pela história e pela literatura, suas três fontes primárias de referência intelectual, segundo ele, são: 1) o Positivismo, as idéias de “primazia da razão, a idéia de que todo conhecimento em sua forma superior assume a forma de *conhecimento científico*, a ligação entre conhecimento e progresso”; 2) o Marxismo (“como um subproduto do interesse pela História”) “a busca de um *sentido* para a História”, ainda mais necessária em uma ambiência de “tempo parado”, de impasses e imobilismo. “Essa idéia permitia superar o círculo fechado do fatalismo e do absurdo, ao mesmo tempo desembocava sobre uma responsabilidade moral”; 3) a Sociologia americana, em particular da teoria antropológica da cultura e o aporte instrumental e metodológico, além da liberdade interpretativa de Gilberto Freyre.

Além dessas influências, caberia lembrar o papel em seu esquema interpretativo das contribuições de Karl Mannheim (sobretudo em seu livro “Man and society in an age of reconstruction”), sobre o processo de planejamento enquanto técnica social, com potencial para ampliar o nível de “racionalidade das decisões que comandam processos sociais, evitando que surjam processos cumulativos e não-reversíveis em direções indesejadas”. Da mesma forma, é preciso ressaltar o lugar de destaque em seu pensamento do aparato conceitual, dentre largo espectro de autores heterodoxos, de Max Weber, Friedrich List, Tönnies, Simmel, Sombart, Schumpeter, Keynes, Prebisch, Perroux, Myrdal e Hirschmann, dentre outros.

A discussão teórica de Furtado começa por procurar entender e formular corretamente a questão da *destinação do excedente social*³. Por que algumas sociedades nacionais esterilizam seu excedente, outras tem ele drenado, enquanto outras experiências, em outros pontos do espaço, logram alta retenção e multiplicação do mesmo.

O conceito de desenvolvimento – enquanto *exercício de opções alternativas* frente a uma temporalidade construída e não-imediata, apta a escolhas, apresentando trajetórias abertas, sujeitas a decisões estratégicas e diferenciação de poder (de comando sobre o destino) – estaria *in nuce*, contido no de excedente social. Que formas são erigidas, através das quais determinada sociedade extrapola as necessidades momentâneas (engredando um

³ A leitura crítica, obrigatória naquele momento, que inspirou tanto Celso Furtado quanto Florestan Fernandes, era o trabalho de Paul Baran (1960) nas discussões sobre excedente social.

horizonte temporal), *dando uso não conjuntural aos seus feitos coletivos, gerando propósitos não-instantâneos e diretos, podendo eleger opções?*

Da discussão da retenção/utilização ou esterilização do excedente brotariam as indagações sobre o **poder de comando, abrindo espaço ao Cálculo intertemporal**, a “atos planejadores” de preocupação com um horizonte temporal para além do momentâneo, gerando possíveis vias, trajetórias, estilos e modos de desenvolvimento, estruturando Opções e Alternativas (possibilitando respostas diversas e concretas a problemas concretos). Portanto deriva daí uma perspectiva que Desenvolvimento, que necessariamente envolve Tempo e Espaço nas decisões de **como alocar (intertemporalmente, interespacialmente, intersetorialmente etc) recursos produtivos e econômicos e excedente social**.

A agenda de questões se complexifica: Seriam necessários fatores exógenos de partida para gerar forças de endogenização? Qual a importância do Cálculo, da Decisão e do Comando societal sobre certo excedente disponível?. Que mediações construir sobre as decisões estratégicas e o comportamento e a mentalidade classial, isto é, *como se estruturam os poderes e as hierarquias que determinam as decisões cruciais sobre como manter ou redistribuir os frutos do trabalho social?*. Se impõe, neste contexto analítico, a discussão da necessidade de análise da natureza da esfera privada. De averiguar a racionalidade/mentalidade da classe empresarial. De realizar o dimensionamento dos poderes público e privados. Ou seja, discutir desenvolvimento requer a pergunta “com que sujeitos sociopolíticos históricos contar?”.

Neste contexto do quadro estrutural do esquema teórico analítico de Celso Furtado, avalio que se deveria atentar para a consistência das problemáticas levantadas e estruturadas por ele e tentar perceber quais as determinações que ele depura e hierarquiza em seu plano de estudos e pesquisas. Uma forma de ter uma visão panorâmica é averiguar os principais pontos de sua agenda (resumida no quadro abaixo), que ficou expressa no anexo de seu livro de 1976, em que ele dizia ser o prefácio do “livro que não existe (...), que deve sair em busca de uma teoria social global, na qual se entronquem (...) a teoria das decisões intertemporais, a teoria da estratificação social e a teoria do poder” Celso Furtado (1976: 11).

Resumo da Agenda de Investigação de Celso Furtado*

A divisão social do trabalho e a emergência de um horizonte de opções sociais. Diferenciação de atividades sociais. Criação do excedente social. Emergência e institucionalização das desigualdades de acesso ao produto do trabalho social. Reprodução do sistema de dominação social. Base patrimonial do poder.

As decisões dos agentes individuais concebidas no seu contexto social. A *produção econômica* não pode ser entendida se a considerarmos isoladamente do *sistema de valores* que está na base da integração social e permite que o sistema de poder alcance a eficácia necessária para se manter. A apropriação do excedente social como expressão do sistema de dominação social. A estratificação social.

A organização do sistema de produção como reflexo do nível alcançado pela acumulação e da estrutura social. A estrutura do sistema de produção. A divisão inter-temporal do trabalho e a diferenciação do sistema de produção entre setores destinados à produção de bens finais de consumo e à produção de bens intermediários. Interdependência das atividades econômicas. Economias externas e de aglomeração. A produtividade como fenômeno social, relativo ao conjunto do sistema produtivo. Do especulador mercantil ao empresário da produção. A racionalidade do empresário.

A distribuição da renda e suas relações com a estrutura patrimonial.

A matriz institucional do sistema de dominação social. O regime de propriedade. O sistema fundiário. A propriedade imobiliária. O controle do sistema de decisões. As distintas formas de capital financeiro. A concentração do capital financeiro.

Reprodução do excedente entre consumo corrente, acumulação improdutiva e acumulação reprodutiva. Seus reflexos na estrutura social, na intensidade da acumulação e na orientação do progresso técnico assimilado.

A acumulação nas atividades produtivas como resultado de decisões intertemporais na utilização do excedente.

A grande empresa transnacional e suas relações com os estados nacionais

A participação do Estado no processo de acumulação, tanto destinada a reproduzir a estrutura social como a aumentar a produtividade.

Capitalismo se traduziram em grandes disparidades geográficas na intensidade e na orientação da acumulação. A modernização e a aculturação carreadas pela dependência externa.

Todo desenvolvimento possui um conteúdo, uma dimensão substantiva, instilados pelos objetivos da vida social.

(*) Excertos da “Tábua da Matéria Sugerida” Furtado (1976).

Apesar deste projeto empreendido por Furtado ser bastante ambicioso teoricamente, ele não almeja construir formulações abstratas e gerais, buscando uma teorização cientificista e desconectada da historicidade dos processos reais-concretos inerentes ao desenvolvimento.

Seria impossível ou sem sentido a busca de uma teoria geral e em alto nível de abstração (“pronta e acabada”) do processo de desenvolvimento capitalista. Seria preciso aprender a investigar e a realizar um balanço adequado das *recorrências*, *persistências* e das *rupturas e transformações* ao longo de um processo histórico, sem linearidades.

É irrelevante procurar “generalizar a marcha da história”, como queria Rostow (1959). Segundo essa visão, que Celso Furtado e a Cepal tanto combateram, há seqüências regulares e predeterminadas, cujo seguimento linear, no tempo e no espaço, de eventos e fenômenos consecutivos, claramente caracterizados, está claramente ordenado. Há a possibilidade de repetição dos ciclos percorridos por outros países. *Não há hierarquias* nas relações internacionais. Não importa ver a *posição específica que ocupam* os espaços periféricos *no conjunto do sistema*. Portanto, não há espaço analítico para se pensar a

posição periférica e complementar. Por exemplo, o subdesenvolvimento seria uma etapa ou fase, um mero estágio que todos os países viveram ou viveriam necessariamente.

Além disso, tais concepções conservadoras eram economicistas. Celso Furtado fixou definitivamente sua mensagem convicta de que “não existe o estritamente econômico”: “Não existe uma realidade social cujo estudo seja da competência da economia. A matéria de estudo desta é certa classe de problemas sociais”. A importância de que ele denomina de parâmetros não-econômicos (*as determinações e os condicionantes processadas pelos fatores sociopolíticos e institucionais, tais como relações de propriedade, comportamento, composição e decisões da classe empresarial etc*) é decisiva.

Assim se consolidava uma interpretação histórica e estrutural do processo de desenvolvimento. Era preciso *positivismo do predeterminado* na interpretação deste processo. Construir contrapontos à concepção positivista de progresso, que assevera, com otimismo, um caminho natural, linear e mecânico de espraiamento e difusão de modernização capitalista. *Era preciso reconhecer que toda construção conservadora deixa de lado um ponto fundamental: o caráter contingente e histórico da trajetória.* Devia-se procurar interpretar os processos de desenvolvimento desigual e as heterogeneidades estruturais (produtivas, sociais, espaciais etc) especificamente nacionais, convenientemente *mediadas* e apropriadamente *determinadas*. A concretude e a historicidade intrínseca dos processos sociais não poderia ser negligenciada. O papel de estruturas sociais e de poder não poderiam estar ausentes da análise.

Assim, como pode ser visto no esquema analítico sintetizado abaixo, era preciso olhar a história, buscando apreender a diacronia dos processos concretos, nem todas explicadas por meros fatores econômicos. Ter uma perspectiva analítica de que construir as determinações adequadas (e hierarquizá-las) é o grande desafio da pesquisas na área social, requerendo a construção das requeridas mediações históricas.

Quadro-Síntese do Pensamento de Celso Furtado

Três Influências Intelectuais outras	Grandes e	Duas Formas Básicas de Apropriação do Excedente Social	Três Históricos de Transformação Social	Processos de	Quatro possibilidades quanto à Natureza dos Vínculos entre o Centro e a Periferia	Três Vias de Superação do Subdesenvolvimento
---	--------------	--	--	-----------------	--	---

<p>1) Positivismo</p> <p>2) Marxismo</p> <p>3) Sociologia Americana</p> <p>Outras influências: Mannheim, List, Schumpeter, Keynes, Prebisch, Perroux, Myrdal, Hirschmann etc.</p>	<p>1) Forma de Extração Autoritária;</p> <p>2) Forma de Extração Mercantil.</p>	<p>1) Ampliação e Complexificação do Núcleo Inicial;</p> <p>2) Ocupação dos Territórios de Clima Temperado, de Baixa Densidade Demográfica;</p> <p>3) Ampliação dos Circuitos Comerciais conduzindo à Formação de um Sistema de Divisão Internacional do Trabalho.</p>	<p>1) Apropriação do Excedente Exclusivamente em Benefício do Centro;</p> <p>2) Apropriação do Excedente por um Segmento da Classe Dominante Local;</p> <p>3) Apropriação de Parte do Excedente por Grupos Locais que o utilizam para ampliar a própria esfera de ação;</p> <p>4) Apropriação do Excedente pelo Estado.</p>	<p>1) Coletivização dos Meios de Produção;</p> <p>2) Prioridade à Satisfação das Necessidades Básicas;</p> <p>3) Ganho de Autonomia Externa.</p>
---	---	--	---	--

Fonte: Furtado (1983); (1989) e (1995).

Este quadro sintético permite visualizar alguns elementos teóricos e enquadramentos históricos de que Celso Furtado lança mão a fim de analisar as estruturas sociais geradas pela expansão capitalista em escala mundial. Embora analiticamente haja dois modos de apropriação do excedente, a via mercantil gera uma divisão social do trabalho que põe em marcha um processo de geração de novos recursos e novas combinações. A mercantilização, em seu movimento expansivo, invade o mundo, impondo o cálculo e a moeda. Em seu esquema teórico, Furtado procura resgatar em List o conceito de sistema de forças produtivas, pois “as atividades produtivas devem ser vistas como um todo articulado”.

As hierarquias, assimetrias e assincronias se impõem. A altíssima concentração material, cultural e geográfica de poder se afirma. O primeiro núcleo industrial demonstra sua impulsão a “unificar a civilização material em todo o mundo”, mas concentra seus impulsos dinâmicos e seu poder em porção territorial bastante restrita, basicamente nos limites e nas adjacências das ilhas britânicas. Em um segundo momento, a concorrência interestatal, “entre os subsistemas nacionais aumentaria consideravelmente a capacidade expansiva do centro em direção a outras áreas”. O deslocamento para o território da América do Norte, por exemplo, é destacado. Finalmente, em um terceiro momento, no bojo do processo de expansão dos circuitos mercantis, estabelece-se uma divisão internacional do trabalho. O mundo se torna marcado pela especialização, rigidamente hierarquizado.

Penso que Furtado nos dá a chave analítica fundamental. Olhar desta forma simples e esquemática é decisivo (neste plano analítico, neste nível de abstração) para se entender os traços mais gerais da história do capitalismo, marcada pelo enquadramento, hierarquia e hegemonia de poucos e restritos espaços nacionais de decisão, frente ao *resto*.

É neste contexto que nosso autor enquadra e posiciona a situação histórica periférica. As porções do território mundial dependentes, que têm “suas estruturas econômica e sociais moldadas do exterior, mediante a especialização do sistema produtivo e a introdução de novos padrões de consumo, viriam a constituir a periferia do sistema” (1989: 20).

Assim, estabelecido um sistema centro/periferias, questiona a natureza das articulações de cada região periférica *vis-à-vis* o centro.

Esquematiza o caráter desses nexos, com várias gradações, que vão da apropriação total a variadas apropriações parciais. A cada grau, corresponde níveis de mobilização social. 1) Assim, por exemplo, ao caso primeiro e extremo de apropriação totalmente em benefício do centro, “corresponde o máximo de imobilismo social”; 2) em uma segunda situação, uma parte já é retida na periferia, de modo que “beneficiários locais do excedente operam dentro de um espaço residual”. Esta situação revela a baixa mobilização social e a força de uma elite local identificada com a metrópole, aculturada e pouco identificada com o território periférico; 3) Num terceiro momento, estas elites já demarcam algum espaço ou nichos de valorização, porém não com o sentido transformativo ou revolucionário de suas congêneres do centro. “As burguesias que lutam pelo controle do sistema de dominação social na periferia não se transformam em instrumento de reconstrução das estruturas sociais, à diferença do que se produziu nas regiões cêntricas em que teve lugar a revolução burguesa. Explica-se, assim, que as maiores diferenças entre o centro e a periferia tendem a ser de natureza social”; 4) Outra opção seria concentrar no Estado o comando estratégico sobre a destinação de parcela do excedente social. Furtado lembra que “a história da periferia apresenta toda uma gama de situações, combinações das quatro formas típicas de apropriação do excedente” (1989: 21).

Finalmente, neste esquema teórico são apresentadas as vias tentativas (em parte ou no todo fracassadas) de superação do subdesenvolvimento: 1) estabelecendo um modo de

organização coletiva do sistema econômico, que apresentou problemas estruturais: de distanciamento entre os centros de decisão e a população; de engendrar um sistema de incitações às forças e atividades produtivas; 2) priorizando a canalização do excedente para a provisão das necessidades básicas da comunidade e o combate à pobreza, reduzindo sua heterogeneidade social, que revelou dificuldades para reconverter o sistema produtivo a padrões de consumo que não fossem os conspícuos da elite modernizante; 3) tendo uma postura ousada nas relações mercantis internacionais, buscando autonomia externa, que encontrou obstáculos diversos, desde aqueles inovacionais até os comerciais. Esta terceira opção, como de resto todas as outras tentativas de romper com o subdesenvolvimento, encontra enormes constrangimentos políticos, de “identificação das bases sociais de uma estrutura de poder aptas a levá-las à prática”, ou seja, o desafio maior é construir “estruturas sociais que abram espaço à criatividade num amplo horizonte cultural e gerem forças preventivas e corretivas nos processos de excessiva concentração de poder” Furtado (1995: 9).

O desafio da apreensão plena da natureza específica do processo de subdesenvolvimento

O subdesenvolvimento é a prova cabal da não-unificação e da não-convergência do sistema rumo a uma “monocultura” ou modelo “ótimo” ou superior⁴ de capitalismo, como quer o *mainstream*, mas, antes, da pluralidade e polarização de trajetórias possíveis de constituir experiências e vias distintivas de modos capitalistas de organização social.

Conforme nos ensinou o estruturalismo latinoamericano da CEPAL, o subdesenvolvimento não é estágio rumo a uma situação superior. É, sobretudo, uma malformação estrutural com grande capacidade de persistência, cumulatividade e reprodução. É uma situação de atraso (“quase”-) irreversível⁵, no sentido que recorrentemente reforça suas estruturas tradicionais de dominação. Subdesenvolvimento é face e não fase do processo de desenvolvimento. Não é uma etapa no percurso pré-definido de um caminho uniforme de um país “em desenvolvimento”. É uma face do processo global, mundial de expansão do capitalismo. É uma conformação, ou deformação

⁴ Vide a importante literatura contemporânea sobre variedades de capitalisms, que pode apresentar potencialidades analíticas importantes se posta em diálogo com a obra de Furtado.

⁵ Importa insistir que Furtado (1995), ao estilizar as três experiências de tentativa histórica de superação do subdesenvolvimento lembradas acima, tenta demonstrar que todas aquelas vias de enfrentamento encontraram sérias dificuldades ou fracassaram no todo ou em parte.

constituente e singular. Não há um retardo, no sentido de mero atraso, bastando acelerar o passo e se ajustar (como se fosse um corredor retardatário em disputa, em pé de igualdade, com os “campeões”) em uma trajetória com regras pré-estabelecidas por aqueles que trilharam o caminho “correto”. Não é possível “recuperar o tempo perdido”. Há um retardo, no sentido constitutivo-genético, do *ser* com deformidades estruturais.

Assim, o processo de subdesenvolvimento apresenta pelo menos três características que não podem ser esquecidas: 1) tem marcante **persistência** (não passa - naturalmente - com o tempo); 2) possui alta **cumulatividade** (tende a se agravar com o tempo); 3) exhibe alta **irreversibilidade**, se não for contraposto por forças de enfrentamento/intervenção poderosas, não será superado.

Interessante que as teorias conservadoras coloquem a ênfase no espraiamento e difusão dos processos modernizadores, utilizando muitas vezes a metáfora das “ondas”. Mas, ao contrário, na realidade, o processo de desenvolvimento não transborda, não espraia, não entorna, não derrama, (em um certo sentido, “não se difunde”) ele precisa ser arrancado, tensionado, tirado à força, destruindo privilégios e constituindo novas estruturas de poder.

Desenvolvimento é tensão. É distorcer a correlação de forças, importunar diuturnamente as estruturas e coalizões tradicionais de dominação e reprodução do poder. É exercer em todas as arenas políticas e esferas de poder uma pressão tão potente quanto o é a pressão das forças que perenizam o subdesenvolvimento.

É neste sentido que se deve pensar o desenvolvimento. Não no sentido de que se estaria seguindo (em desenvolvimento) em uma *trajetória rumo ao “primeiro mundo”*, por exemplo. Esta concepção etapista e positivista, que grassou no Brasil em vários discursos recentes, mas tem seu correspondente ao longo dos 500 anos de sua história, desde a descoberta, quando o país já era visto como possível *éden* nos trópicos, até a expressão de “gigante adormecido” durante a ditadura militar.

Se convivemos nos países não-centrais do capitalismo com a idéia de que “um dia chegaremos lá”, acelerando o passo, saltando etapas etc, Celso Furtado, nos diz com veemência que “temos a prova definitiva de que o desenvolvimento econômico – a idéia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos –

é simplesmente irrealizável. Sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão desenvolvidas, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista (...) Cabe, portanto, afirmar que a idéia desenvolvimento econômico é um simples mito” (Furtado, 1974: 79).

O contraponto teórico e político das forças conservadoras (de um caminho pré-definido, um modelo de desenvolvimento “melhor”) deve estar orientado por uma visão de que **construir** o verdadeiro caminho para o processo de **desenvolvimento** nacional, no sentido de **estender suas Opções e alternativas, ampliando seu leque de oportunidades**, requer o enfrentamento em várias frentes, forjando novo patamar de homogeneidade social, que se traduza em enriquecimento cultural, no sentido de Celso Furtado, e em apropriação dos avanços tecnológicos e novos padrões civilizatórios.

Neste contexto, fugindo da noção “vulgar” de que desenvolvimento trás consigo inerente sentido de calma, tranquilidade e equilíbrio, é preciso deixar claro que o desenvolvimento significa, por sua própria natureza, um estado de tensão. Significa se predispor o tempo todo, embaraçar, estorvar, transtornar e obstaculizar as forças do atraso estrutural. Desenvolvimento é a anti-serenidade, a anti-concórdia prévia, é a não “paz de espírito” (Brandão, 2007).

Ampliar a margem nacional de arbítrio (desenvolvimento), em um contexto em que “entregaram uma nação em construção travada ao mercado” (Furtado) e em que há enorme opressão sobre os subalternos, é tarefa hercúlea. O desafio político é **ganhar poder de Comando sobre os centros de Decisão**, em uma situação em que alguns poucos “nichos decisórios” estão internalizados e a maioria sob controle externo, e em que há o progressivo estreitamento do horizontes temporais (e da legitimidade) paras as ações públicas estruturantes e coordenadoras.

Ainda mais que, a crescente internacionalização dos circuitos econômicos, financeiros e tecnológicos do capital mundializado, de um modo geral, debilita os **centros nacionais de decisão e comando** sobre os destinos de qualquer espaço nacional. No caso específico dos países continentais, desiguais e com marcantes heterogeneidades estruturais (produtivas, sociais, regionais), como o Brasil, esta situação se revela ainda mais dramática,

ensejando um processo de agudização das marcas do subdesenvolvimento desigual, excludente e segregador.

Nossas heterogeneidades se aprofundam, mas o país não pode esterilizar a potência, muitas vezes oculta, de suas diversidades e da sua criatividade. É nesse sentido que ganhar espaço de atuação e comando, com maior grau de autodeterminação e endogenia, envolve necessariamente tratar de forma criativa as diversidades geográfica, demográfica, social, cultural, produtiva, etc brasileiras. É preciso entender como as forças conservadoras destroem a criatividade e a diversidade cultural e regional “dos de baixo”, para manter o padrão de privilégios “dos de cima”.

As forças políticas e econômicas que procuram perpetuar o atraso estrutural da situação de subdesenvolvimento devem ser enfrentadas por uma interpretação que reconheça que quando se fala em desenvolvimento, no adequado sentido de “alargamento dos horizontes de possibilidades”, se está falando necessariamente na construção de ações e políticas públicas desmanteladora de dinâmicas e estruturas que representam o atraso econômico e político.

Há a necessidade de construção de elementos teóricos - resgatando a História e as especificidades nacionais em situação de subdesenvolvimento - para estender centros de decisão e respostas políticas com criatividade, não seguindo “modelos ideais traçados por outros”.

Importa analisar o contexto em que se constituíram e reproduziram (inconcluza e travadamente) as classes sociais em um ambiente de atraso estrutural e subdesenvolvimento. Assim, torna-se difícil tensionar a correlação de forças políticas postas no bloco no poder, de natureza oligárquico-mercantilista, tendo “camadas baixas” difusas, deserdadas e com fratura orgânica na falta de propriedade e de direitos. Neste contexto de apatia e desorganização política dos de baixo, uma massa amorfa e informe, torna-se cristalizada a reprodução de um certo tipo de dominação interna, com desigualdades estruturadas, sistemáticas e reprodutíveis de poder.

O desafio de pensar o Tempo-Espaço concreto do processo de desenvolvimento/subdesenvolvimento e as interações entre decisões, estratégias e estruturas

A obra de Furtado provê elementos teóricos adequados para o estudo da dinâmica da **estrutura** (derivada, de forma mediada, da lógica da acumulação de capital e do funcionamento de parâmetros não-econômicos) e dos agentes e **sujeitos** (entranhados em interesses e conflitos de facções de classe), que em contextos históricos e territoriais concretos tomam decisões e sofrem reações a essas decisões.

Em sua crítica às posições teóricas do *mainstream*, Celso Furtado indica que falta a elas apreender a **Estrutura** (entendida como “proporções e relações que caracterizam um conjunto econômico localizado no tempo e no espaço”) para se elaborar teoricamente acerca do processo de desenvolvimento que seria “o estudo (no tempo) das modificações das matrizes estruturais desses modelos que acompanham a intensificação da divisão social do trabalho, vale dizer: o aumento da produtividade do trabalho no plano macroeconômico e a diversificação da demanda no plano social – é a matéria central da teoria do desenvolvimento” (Furtado, 1967: 71). É neste sentido que se impõe a investigação das decisões intertemporal dos agentes, da estratificação social, do poder diferencial dos sujeitos, e seus mecanismos de reprodução.

Ressalta justamente que a abordagem histórico-estrutural⁶ dos pensadores sociais críticos latino-americanos teve como objetivo principal pôr em evidência a importância dos ‘parâmetros não-econômicos’ dos modelos macroeconômicos. O comportamento das variáveis econômicas é também dependente desses parâmetros. Essa observação é particularmente pertinente com respeito a sistemas econômicos heterogêneos, social e tecnologicamente, como é o caso das economias subdesenvolvidas. Com efeito, “sem um conhecimento adequado da estrutura agrária não seria possível entender a rigidez da oferta de alimento em certas economias; sem uma análise do sistema de decisões (cujo controle pode estar nas mãos de grupos estrangeiros) não seria fácil entender a orientação das inovações técnicas e sem a identificação do dualismo estrutural não seria fácil explicar a tendência à concentração da renda. Como esses fatores ‘não-econômicos’ – regime de propriedade da terra, controle das empresas por grupos estrangeiros, existência de uma parte da população ‘fora’ da economia de mercado – integram a matriz estrutural do

⁶ Furtado distingue o estruturalismo francês do estruturalismo latino americano, afirmando que o primeiro tem um tratamento sincrônico e o segundo, diacrônico da História.

modelo com que trabalha o economista, aqueles que deram ênfase especial ao estudo de tais parâmetros foram chamados de ‘estruturalistas’ ” (Furtado, 1967: 7).

Outra contribuição revolucionária de Furtado é sua discussão sobre as interações entre Decisões e Estruturas e sua distinção entre microeconomia (teoria das decisões dos agentes cruciais) e macroeconomia (articulação complexa e estrutural das decisões e reações às decisões dos agentes, com forte conteúdo coletivo e natureza política).

A interpretação furtadiana, contrária à visão das teorias do crescimento equilibrado (que defendiam uma coordenação abrangente de decisões empreendidas simultânea e complementarmente, e com sincronia em vários domínios), discutirá, seguindo Hirschman (1958), a geração dinâmica de diacronias, posto que o processo de desenvolvimento se apresenta enquanto uma cadeia de desequilíbrios. Há segundo os estruturalistas, um conjunto de elementos em funcionamento prenhe de contradições, desbalaneamentos, desproporcionalidades instabilizadoras, que acabam induzindo desdobramentos na intersetorialidade dinâmica do sistema econômico. Tais dinamismos têm seu comando nas **macrodecisões de alguns agentes decisivos**, isto é, “as cadeias de reações provocadas por decisões autônomas [de atores poderosos], será possível identificar fatores que aumentam ou reduzem sua capacidade de reação”⁷.

Segundo seu esquema teórico (Furtado, 1967), Decisão pode ser concebida sob dois prismas: 1) como um elemento em uma cadeia (resposta a uma situação dada); 2) como um centro de irradiação, capaz de influenciar o comportamento de outros agentes (capaz de transformar determinada situação social). Furtado diz que as primeiras, de natureza econômica, são provocadas pelos mecanismos de mercado. Mas é a segunda modalidade de decisão que importa, quando se pensa em desenvolvimento, posto que são tomadas por agentes que “crêem em condições de poder modificar o curso dos acontecimentos prefigurados pelo mercado”.

Importa entender a propagação das decisões econômicas, distinguindo entre aquelas que apresentam ponderável grau de autonomia, daquelas induzidas. Furtado fala de três

⁷ Um importante exemplo nos dá Hirschman que discute as situações no subdesenvolvimento da “falta de capacidade para tomar decisões de inversão, mesmo quando existem oportunidades e recursos”, assim seria importante “uma estratégia de desenvolvimento desequilibrada para forçar decisões que, de outro modo, não seriam tomadas” Sunkel e Paz (1971: 38).

decisões autônomas principais: 1) as que dizem respeito ao plano de utilização da renda; 2) as ligadas ao processo de transformação material ao longo dos elos das cadeias de produção; 3) as que criam riqueza renovada (capacidade produtiva nova). Estas últimas, em sua relação dinâmica com as demais “constitui a matéria do desenvolvimento” (Furtado, 1967: 87).

Após sintetizar as contribuições de Myrdal, Hirschman e Perroux, ele afirma que “o estudo do desenvolvimento tende a concentrar-se na caracterização das estruturas, na identificação dos agentes significativos e nas interações entre determinadas categorias de decisões e as estruturas. Estas condicionam o processo de irradiação e a eficácia no espaço e no tempo das decisões, mas ao mesmo tempo são por elas determinados” (Furtado, 1967: 92).

Como “toda decisão envolve uma forma de exercício de uma forma de poder”, seria preciso “ver os processos econômicos como cadeia de decisões e estas como estruturas de poder (...) Não existe organização sem coordenação e controle, e para que se efetivem a coordenação e o controle é indispensável que existam centros diretores capazes de definir objetivos (...) todo centro de decisão tende a aprofundar o seu horizonte temporal, isto é a planejar sua ação (...) neste contexto da economia vista como uma organização, a idéia de planejamento como técnica destinada a elevar a eficiência dos centros de decisão surge naturalmente”. Neste contexto, “importa identificar a natureza do sistema de dominação: seu relacionamento com a estratificação social, seus meios de legitimação, sua organização no espaço, seus meios de reprodução etc” (Furtado, 1980: 33).

Dentre um vasto conjunto de decisões algumas prevalecem, são macroestratégicas. Essas macrodecisões têm em seu centro o papel dos agentes e unidades dominantes (naquele sentido que lhe ensinou seu professor François Perroux⁸). Tais agentes são, sobretudo, as empresas oligopólicas transnacionais e o Estado, ambos com força desestabilizadora das cadeias de decisão, pois sua ação se fundam em previsões globais,

⁸ Perroux (1964) analisa importantes elementos do efeito de dominação da unidade empresarial (força contratual e poder de negociação; dimensões e natureza da atividade), afirmando que fatos de dominação, de prestígio, de autoridade, de influência são geralmente negligenciados pela literatura tradicional.

detêm poder e informações que permitem “uma avaliação antecipada do resultado final da cadeia de reações”.

Assim, é preciso formular macrodecisões⁹ e empreender ação pública. “Somente o planejamento permite introduzir a dimensão ‘espaço’ no cálculo econômico” Furtado (1999: 56), pois as empresas orientam-se exclusivamente pela ótica privada do retorno de suas inversões de capital, com tendências de ampliação das desigualdades sociais e espaciais no território e somente a ação planejada poderia se contrapor a esta lógica concentracionista.

Qualquer estratégia de desenvolvimento requer uma “ação diretora do Estado sobre o conjunto do sistema econômico”. Furtado diz que “com a análise macroeconômica keynesiana emergiu uma teoria da coordenação das decisões econômicas que valorizaria consideravelmente os centros de decisão a nível nacional” Furtado (1980: 30). Entretanto, poderíamos acrescentar que com a passagem desta macroeconomia do emprego e da renda, inspirada em Keynes, para a atual macroeconomia da riqueza patrimonial e financeira valoriza-se cada vez mais as decisões que pouco buscam transtornar as trajetórias prefiguradas pelo mercado desregulado.

É imperativo analisar as assimetrias e irreversibilidades na influência de algumas decisões sobre outras. Sobretudo de alguns agentes e a transmissão dos impulsos iniciais de suas decisões (e as reações provocadas) ao longo da cadeia. Este ponto é crucial, pois a visão do *mainstream* parece acreditar que a situação consensual *ex-ante* de atores equipotentes será alcançada facilmente.

As reações em cadeia, dependentes do nível de desenvolvimento das forças produtivas e da complexidade e grau de diversificação da estrutura produtiva, possuem poder de encadeamento diverso. As **macrodecisões** em um contexto ou **ambiente macroeconômico** são resultante da interação de uma pluralidade de decisões cruciais. São, neste sentido, politizadas por natureza, neste sentido.

⁹ Revela-se o papel do Estado, pois “quando um agente está capacitado para prever e identificar *ex ante* as incompatibilidades entre planos concorrentes, e emprega formas de coação, pública ou privada, para tornar compatíveis ou concordantes os referidos planos, configura-se o caso de uma macrodecisão” (Furtado, 1967: 91).

Há complexas hierarquias de comando e potência reprodutiva. É preciso por em movimento e fazer operar estímulos e elementos indutores capazes de mobilizar recursos latentes, fatores em reserva, fomentando decisões que liberem potenciais até então não acionados e promovam novas combinações, contagiando de outras decisões de transformação.

Por exemplo, nas condições de subdesenvolvimento que discutimos, torna-se necessário acicatar atitudes e iniciativas que rompam com estruturas anacrônicas e decisões atrasadas por manutenção patrimonial do estoque de riqueza velha (líquida e bens de raiz). O centro de comando não tem correlação de forças apta a tomar decisões legitimadas que rompam com os interesses heterogêneos e é carente de capacidade de mobilização das massas de capitais dispersivas e fragmentárias que pudessem ser aglutinadas, alavancadas para constituir núcleo decisório autônomo. Tal hegemonia política não possibilita nitidez para o Estado priorizar e catalizar inversões que promovam rupturas na situação de subdesenvolvimento. A intenção do agir estratégico envolve, necessariamente, dimensionar a correlação de forças políticas.

Neste sentido, nas palavras de Furtado, o “comportamento diacrônico das comunidades humanas (que chamo de História) comporta um elemento de **intencionalidade** que se traduz pelo exercício de opções”. Assim, o Estado legitimado politicamente em torno de Vontades, seria o espaço para o exercício de ações no sentido do ampliação do leque de possibilidades. “Mais do que transformação, o desenvolvimento é **invenção**. As condições requeridas para que este elemento se manifeste com vigor, dão-se historicamente” Furtado (1994: 37).

O desenvolvimento envolve também desmonte, por exemplo, no caso brasileiro, da reprodução permanente do sistema de privilégios. Há uma unidade dos donos do poder *vis-à-vis* o heterogêneo e desabilitado conjunto das classes subordinadas no Brasil, tendo por base o travamento do acesso à elementos habilitadores de cidadania, à propriedade e aos direitos. Consolidou-se uma supremacia rentista-mercantil-oligárquica imediatista na condução do poder de decisão e comando e na assunção da regulação da reprodução das massas dispersivas de capital que soldou um modo de reprodução de certo tipo de

dominação interna, com desigualdades estruturadas, sistemáticas e autoreprodutíveis de poder.

Furtado procurou realizar, a seu modo, o resgate da problemática da Reprodução das Classes Sociais para se entender a natureza do (sub)desenvolvimento, procurando demonstrar que esta é um problemática atinente à existência, conteúdo e natureza de Centros de Decisão.

Nos países subdesenvolvidos latinoamericanos em geral, e no Brasil em particular, uma conjugação de fatores determinou o esgotamento do padrão de crescimento, o desmonte dos mecanismos articuladores do processo de desenvolvimento e o estreitamento dos centros de decisão internos. O Estado foi imobilizado em sua ação sistêmica, reguladora e estruturante. Este perde poder de coordenação, de orientar e promover frentes de expansão periféricas ou mesmo “dentro do núcleo central”. Velhos impasses e recorrências históricas se repõem, com a marcante desarticulação econômica, social e política, desvelando os impasses estruturais da construção da nação brasileira. Furtado (1999) assim sintetizou este estado de coisas: “Em nenhum momento da nossa história foi tão grande a distância entre o que somos e o que esperávamos ser”.

Cada vez mais se manifestam as questões estruturais colocadas por Celso Furtado, como, por exemplo, a natureza extensiva (e predatória) do modo de crescimento capitalista brasileiro. A apropriação contínua de porções territoriais criando, de forma itinerante, frentes de expansão que permitiam ganhos extraordinários. A industrialização avançou – sem “homogeneização social” – arrastando e acicatando o conjunto das atividades econômicas terciárias, agropecuárias, de suporte infra-estrutural etc. Transformações materiais abrangentes se processaram, porém nunca foram acompanhadas de maior acessibilidade, por parte da maioria da população, à propriedade, à terra rural ou urbana, à educação, bens culturais e serviços de saúde de qualidade, à moradia, aos meios coletivos urbanos, à inserção formal no mercado de trabalho, à renda com permanência e segurança, ou seja, aos direitos da urbanidade e da cidadania.

O aparato de coordenação da ação pública foi desmantelado em todos os níveis de governo. O “planejamento” se subordina aos interesses e decisões das grandes empresas. Orientados apenas pela lógica da rentabilidade privada, os investimentos podem romper os

laços que amarraram a histórica unidade nacional dos diversos espaços regionais do Brasil. Neste sentido, ganha força nas reflexões mais recentes de Furtado a problemática do federalismo. Segundo ele a história brasileira foi marcada pela “pulsção centralismo-federalismo” decorrente de dois marcos culturais do país: “a consciência de unidade nacional e o irredutível da identidade regional”. (Furtado, 1999: 47). O Brasil convive com o esgarçamento de seu pacto federativo e o enfraquecimento dos centros de decisão internos ao espaço continental e heterogêneo brasileiro, impossibilitado de ser caracterizado rigorosamente como um “sistema econômico nacional”.

Considerações Finais

O subdesenvolvimento é uma estrutura com grande capacidade de persistência e reprodução de estruturas tradicionais e anacrônicas de dominação. Mesmo com aumento do nível médio de vida da população, muitas vezes não se conduz a um processo homogeneização social. Há a contínua reafirmação da dependência, posta a pretensão das elites de imitação da cultura material do capitalismo avançado em um contexto de privação, desfiliação e desabilitação das massas populares.

Como Furtado afirmou “em subsistemas dependentes, renunciar a ter objetivos próprios, aceitar progressivamente a desarticulação interna, quiçá a perda mesma do sentido de entidade nacional” (1980) é a ruína e o fracasso dos esforços que almejam construir a nação enquanto uma legítima civilização brasileira.

Assim, ele nos deixa uma mensagem consistente de necessidade contínua de construção de cidadania, dignidade, segurança e proteção, com radicalidade democrática, e redistribuição de renda, riqueza, poder e acesso ao Estado.

Sua obra associa o esforço pelo desenvolvimento recorrentemente aos processos de iniciativa, criatividade, melhorias nos “sistema de incitações”, inventividade e enriquecimento do universo de valores capaz de incrementar a capacidade de ação, superando a passividade e o imobilismo das decisões. Uma vez consolidadas, essas ações estratégicas pelo desenvolvimento podem constituir estruturas sociais capazes de gerar “forças preventivas e corretivas nos processos de excessiva concentração de poder”.

Ele propõe um esforço intelectual e político de transformação social que, enraizado em nossas especificidades históricas, seja capaz de lograr a constituição de formas sociais mais acionadoras de nossa criatividade e diversidade cultural, “fazendo aflorar nossas energias contidas”, para desmontar vigorosamente nossas desigualdades sociais e regionais. “Na diversidade das regiões estão as raízes de nossa riqueza cultural. Mas a preservação desta riqueza exige que o desenvolvimento material se difunda por todo o território nacional” (Furtado, 1999: 46).

O legado de seu plano de estudos e reflexões nos deixa também uma agenda política de ação: “o ponto de partida do processo de reconstrução que temos de enfrentar deverá ser uma participação maior do povo no sistema de decisões. Sem isso, o desenvolvimento não se alimentará de autêntica criatividade e pouco contribuirá para a satisfação dos anseios legítimos da nação” (...) “A superação do impasse com que nos confrontamos requer que a política de desenvolvimento conduza a uma crescente homogeneização de nossa sociedade e abra espaço à realização das potencialidades de nossa cultura” (...). “a questão central se limita a saber se temos ou não possibilidade de preservar nossa identidade cultural” (Furtado, 2000: 6).

Por fim, Celso Furtado sempre lembrava que as trajetórias históricas se encontram em aberto, pois, nas palavras dele “nenhuma derrota é definitiva”...

Referências Bibliográficas

- BARAN, Paul (1960). A economia política do desenvolvimento. São Paulo, Abril Cultural, 1984.
- BRANDÃO, Carlos (2007). Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas, Editora da Unicamp.
- FURTADO, Celso (1961). Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.
- FURTADO, Celso (1967). Teoria e política do desenvolvimento econômico. São Paulo, Abril Cultural, 1983.
- FURTADO, Celso (1974). O mito do desenvolvimento econômico. São Paulo, Paz e Terra.
- FURTADO, Celso (1976). Prefácio a nova economia política. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FURTADO, Celso (1980). Pequena introdução ao desenvolvimento: um enfoque interdisciplinar. Companhia Editora Nacional.

- FURTADO, Celso (1983). Auto-retrato intelectual. In: Oliveira, Francisco (org.) Celso Furtado: economia. São Paulo, Ática, (Coleção Grandes Cientistas Sociais), pp. 31-41.
- FURTADO, Celso (1989). Entre conformismo e reformismo. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 9 (4), out./dez. . (www.rep.org.br).
- FURTADO, Celso (1994). A superação do subdesenvolvimento. Economia e Sociedade, Campinas, (3): 37-42, dezembro.
- FURTADO, Celso (1995). A invenção do subdesenvolvimento. Revista de Economia Política, 15 (2), abr./jun.. (www.rep.org.br).
- FURTADO, Celso (1999). O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil. São Paulo, Paz e Terra.
- FURTADO, Celso (2000). Reflexões sobre a crise brasileira. Revista de Economia Política, 20 (4): 23-7, out./dez.
- HIRSCHMAN, Albert O. (1958). Estratégias de desenvolvimento. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.
- MYRDAL, Gunnar (1957). Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas. Rio de Janeiro, Saga.
- OLIVEIRA, Francisco (2007). Para retomar a construção interrompida. Prefácio a SABOIA, João e CARVALHO, Fernando J. Cardim (orgs.) (2007). Celso Furtado e o século XXI. Barueri, Manole.
- PERROUX, François (1964). A economia do século XX. Lisboa, Herder, 1966.
- ROSTOW, Walt W. (1959). Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não-comunista. Rio de Janeiro, Zahar, 1961.
- SUNKEL, Oswaldo e PAZ, Otávio (1971). Teoria do desenvolvimento econômico. São Paulo, Difel.